

PMFS - PLANO DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL RESUMO PÚBLICO

Plano de Manejo Florestal Sustentável em Floresta Nacional Pública Categoria: Pleno



"Compromisso e responsabilidade com o Meio Ambiente e para com as gerações futuras."

Concessionário: FOREST ARK FLONA DO JAMARI SPE LTDA.

CNPJ: 46.166.538/0001-71

Concorrência nº 01/2021-SFB-MAPA

Contrato de Concessão Florestal nº 01/2022-SFB-MAPA

Representante legal: Endrigo Enderson Ferreira Rocha

Responsável Técnico: Itamar Martins de Araújo

CREA: 11155D/RO

Itapuã do Oeste - Rondônia 2024



Sumário

- 1 INFORMAÇOES GERAIS
- 1.1 RESPONSÁVEIS
 - 1.1.1 Proponente/Detentor
 - 1.1.2 Responsável Técnico pela Elaboração/Execução do PMFS
 - 1.1.3 Representante Legal da empresa
 - 1.2 OBJETIVOS DO PLANO DE MANEJO FLORESTAL
 - 1.2.1 Objetivo Geral
 - 1.2.2 Objetivos Específicos
- 2 INFORMAÇÕES SOBRE O MANEJO
- 2.1 Sistema Silvicultural
- 3 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÉ-EXPLORATÓRIAS
- 4 DIRETRIZES PARA REDUÇÃO DE IMPACTO NA FLORESTA



1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 RESPONSÁVEIS

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

FOREST ARK FLONA DO JAMARI SPE LTDA

A Forest Ark Investimentos LTDA, atua no ramo florestal sustentável, com desdobramento em produtos madeireiros e não madeireiros, fundada em 1994, visa a preservação do meio ambiente e o uso consciente dos recursos disponíveis, nosso método de trabalho é rigidamente norteado pela legislação vigente e as boas práticas e procedimentos, acolhendo nossos trabalhadores, e conscientizando a população dos benefícios trazidos pelas boas práticas, zelando de maneira totalitária pela biodiversidade das florestas. Em 27 de abril de 2022 foi fundada a Forest Ark Flona do Jamari SPE, decorrente da Concorrência nº 01/2021, na qual logrou-se a celebração do Contrato de Concessão Florestal nº 01/2022, que tem por objetivo a exploração de madeira, utilizando técnicas de impacto reduzido, em regime de manejo florestal sustentável.



Foto tirada na Floresta Nacional do Jamari UMF – V, em 01/03/2023 Banco de imagens da empresa Forest Ark Flona do Jamari SPE LTDA



PRINCÍPIOS, VALORES E CRENÇAS

- Cumprimento da legislação: respeito pelas leis nacionais e pelos acordos internacionais.
- Proteção dos direitos dos trabalhadores e das condições de trabalho.
- Reconhecimento e proteção dos direitos dos povos indígenas.
- Relações com as comunidades: salvaguarda do bem-estar das comunidades locais.
- Benefícios da floresta: uso eficiente dos produtos e serviços florestais.
- Valores e impactos ambientais: conservação dos serviços dos ecossistemas.
- Planejamento da gestão florestal.
- Monitorização e avaliação da floresta e da gestão florestal.
- Proteção dos altos valores de conservação.
- Implementação das atividades de gestão.



Foto tirada na Floresta Nacional do Jamari UMF – V, em 17/03/2023



INFORMAÇOES GERAIS

• Categoria do Plano de Manejo Florestal Pleno.

Titularidade da Floresta

- PMFS em Floresta Nacional Pública;
- Contrato de Concessão Florestal n° 01/2022/SFB/MAPA, conforme Lei n° 11.284/2006.

Detentor

• Nome: Forest Ark Flona do Jamari SPE LTDA.

• CNPJ: 46.166.538/0001-71

• Endereço: Rod BR 364, S/N, km 573,5, zona rural, Itapuã do Oeste-RO

• CEP: 76.861-970

• E-mail: forestarkjamari@gmail.com

• Telefone: (38) 99900-8100

• CTF/IBAMA:

Tipo de vegetação/ambiente predominante

• Ombrófila densa, em terra firme.

Estado da Floresta Manejada

• Floresta Primária.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Elaboração/Execução

Nome: Itamar Martins de Araújo Qualificação: Engenheiro Florestal

CREA: 11155D/RO

Endereço: Rua Florianópolis n°2290, setor 3, Ariquemes-RO

CEP: 76.870-306

E-mail: itamar araujo7@hotmail.com

Telefone: (69)99221-6263

CTF/IBAMA: 7301118



Representante Lega da empresa

Nome: Endrigo Enderson Ferreira Rocha

CPF: 887.587.106-04

Endereço: Travessa Vênus, 221 bloco A, apto 31, Grandes Áreas Ariquemes - RO

CEP: 768766-94

E-mail: forestinvestimentos@gmail.com

Telefone: (38) 99969-9938

PRINCIPAIS OBJETIVOS DO PLANO DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTAVEL OBJETIVO PRINCIPAL

O objetivo geral deste PMFS é o uso consciente, economicamente viável e ambientalmente sustentável dos recursos madeireiros e não madeireiros. Para isso, buscaremos maximizar a produção de toras para serraria, garantindo a perpetuidade da produção florestal ao longo dos ciclos de corte, com a máxima eficácia e eficiência.

Também será formalizar parcerias com instituições de pesquisas nacionais e internacionais para desenvolvimento de pesquisas ligadas aos diferentes temas relacionados ao manejo florestal sustentável.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Treinamento e capacitação dos colaboradores;
- Extração de madeira em toras e toretes, para atender a demanda da indústria de base florestal para fabricação de produtos variados: serrado e/ou beneficiado, laminados, faqueados, lapidados, estacas, mourões e outros que vierem a ser demandados;
 - Extração de material lenhoso residual: porção de galhos, troncos, raízes;
- Extração de Sementes, frutos e óleos, que tenham potencial comercial, em parceria com a comunidade local;
- Planejamento e execução das atividades com técnicas eficientes, visando o mínimo impacto ambiental;
 - Exploração dos recursos de forma economicamente viável;
 - Geração de renda direta e indireta;
- Desenvolvimento e prospecção de conhecimento e informações com a experiência adquirida na execução do PMFS; e,



• Contribuição na conservação do ecossistema

2 INFORMAÇÕES SOBRE O MANEJO

2.1 SISTEMA SILVICULTURAL

O sistema silvicultural a ser utilizado é policíclico em escala empresarial, com ciclo de corte de 30 (trinta) anos, a intensidade máxima será 25,8 m³/ha na área de efetivo manejo. São aplicadas as técnicas de EIR -Exploração de Impacto Reduzido, e condução da recomposição florestal pelo método de regeneração natural.

O sistema silvicultural a ser aplicado garante a continuidade da produção e busca minimizar os impactos ambientais da floresta remanescente, além de ser amplamente recomendado para as condições de florestas de terra firme da Amazônia. É baseado nos seguintes critérios:

- Ciclo de corte adotado de 30 anos;
- Composição e volume de espécies comerciais (censo florestal)
- Técnicas de exploração de impacto reduzido, com planejamento das atividades de exploração florestal, com objetivo de reduzir os danos ao estoque remanescente;
 - Monitoramento das atividades;
- Incorporação de novos conceitos e procedimentos, com base em resultados de pesquisas e inovações tecnológicas;
 - Abastecimento das unidades industriais da empresa;
- Monitoramento do crescimento, mortalidade e recrutamento das espécies, com objetivo de avaliar o incremento anual da floresta.

Na Tabela a seguir, é apresentado, numa sequência cronológica, as principais operações que irão compor o sistema silvicultural em um ciclo de corte do PMFS da UMF-V da Flona do Jamari.

Sequência cronológica das principais operações do sistema silvicultural.

Ano da Intervenção	Operações
N-1 PMFS	• Planejamento da divisão de UPAS, de estradas principais e demais infraestruturas
	• Elaboração de mapas do PMFS
	• Elaboração do PMFS
	Aprovação do PMFS pelo órgão licenciado



PMFS – PLANO DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL RESUMO PÚBLICO

UMF V – FLRESTA NACIONAL DO JAMARI FOREST ARK FLONA DO JAMARI SPE LTDA

N-1 POA (Atividades ocorrerão somente após aprovação do PMFS)	 Treinamento das equipes para as atividades de microzoneamento, inventário florestal e parcelas permanentes;
	 Planejamento do inventário Florestal no escritório, programação de GPS;
	 Demarcação da Unidade de Produção Anual – UPA em campo; Microzoneamento (cursos d'água, áreas com cipós, formações rochosas, topografia e etc.);
	●Localização de cascalheiras;
	• Inventário florestal a 100%;
	• Corte de cipós;
	 Implantação e medição das parcelas permanentes;
	 Digitação e Análise dos dados do IF100%;
	 Seleção das árvores matrizes, para corte futuro e das árvores a serem exploradas;
	• Elaboração de mapas e formulários de corte de cada UT para as equipes de campo;
	Planejamento da rede viária e infraestrutura
	● Elaboração do POA da UPA;
	● Protocolo do POA no órgão licenciador;
	 Aprovação do POA pelo órgão licenciador
N	 Treinamento das equipes de campo em exploração de impacto reduzido – EIR, a ser realizado uma semana antes do início da exploração;
	 Construção da infraestrutura (estradas e pátios);
	 Corte e traçamento das árvores, com adoção das técnicas de EIR; Planejamento dos ramais de arraste;
	 Arraste planejado utilizando máquinas (skidders/guinchos); Controle da cadeia de custódia;
	● Declaração de corte Sinaflor;
	Transporte florestal;
	Colheita do resíduo florestal;
	• Elaboração de relatórios pós-exploratórios
N+1	Remedição das parcelas permanentes para avaliar danos;
	Proteção florestal;
	Manutenção da infraestrutura permanente



PMFS – PLANO DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL RESUMO PÚBLICO

UMF V – FLRESTA NACIONAL DO JAMARI FOREST ARK FLONA DO JAMARI SPE LTDA

N+5	• Remedição das parcelas permanentes. As remedições ocorrerão a cada 5 anos
N+29	 Manutenção das estradas e pátios;
	• Inventário Florestal 100%;
N+30	Início do segundo ciclo de corte.

ESPÉCIES PROTEGIDAS POR LEI.

O Brasil possui espécies florestais protegidas por legislação federal, sendo proibido o seu corte. São elas a Castanheira (Bertholletia excelsa - Decreto 5.975/2006); Seringueira (Hevea spp) (Decreto 5.975/2006) e o Mogno (Swietenia macrophylla King), que apesar de possuir restrições de exploração (Decreto 4.722/2003), neste projeto, estásendo tratada como corte proibido.

A espécie cocoloba (Coccoloba latifólia Lam.), endêmica da região da Flona do Jamari, também tem recebido medidas de proteção durante as atividades de Manejo Florestal, sendo catalogadas durante o inventário 100%, e informadas no mapa de corte com marcação semelhantes árvores de corte proibido para alertar os colaboradores.

Também serão protegidas todas as árvores situadas nas áreas de preservação permanente, com exceção dos pontos necessários para construção de infraestruturas (abertura de estradas e construção de bueiros ou pontes). Na ficha de abate será inserido um alerta de proximidade com APP, para que o motosserrista se atente direção de queda ou aborte a derruba, caso tenha o risco de queda na APP.

A lei que protege a floresta é a Lei 9.605/98. Ela foi desenvolvida com a intenção de determinar punições administrativas e penais para pessoas que tomem condutas ou ações que são danosas para o meio ambiente. Também é responsável por trazer a descrição de inúmeros crimes ambientais.

Diante do aqui exposto e plena ciência das responsabilidades advindas do Contrato de Concessão Florestal assinado pela Forest Ark Flona do Jamari SPE LTDA, a empresa zela pelas boas práticas de proteção das espécies e áreas protegidas, optando sempre por práticas de baixo impacto, e planejamento prévio.

ESPÉCIES A SEREM MANEJADAS

A lista de espécies a serem manejadas foi baseada no inventário amostral das parcelas permanentes instaladas pela antiga concessionária a lista de espécies de valor comercial de referência que poderão ser exploradas pela Forest Ark Jamari, encontramse no PMFS e POA aprovados. A lista será atualizada em cada ano, conforme os conhecimentos da floresta vão avançando em cada inventário 100%.

Para cada espécie identificada por seu nome vulgar pelos parabotânicos (mateiros experientes da região) durante a realização do censo florestal, foi coletado material botânico (folha, flor e fruto, sendo esses últimos se encontrado) de um indivíduo e



encaminhado para identificação em nível de gênero e espécie no Herbário da UNIR, o qual emitiu um laudo contendo as espécies que apresentaram material suficiente para a análise, não sendo período pertinente para a reprodução de todas as espécies foi utilizado também documentos da antiga concessionária Amata.

Devido sazonalidade de floração e frutificação das espécies, a identificação da espécie que não continha flores e frutos será feita, nas UPA's sub sequentes. Durante a exploração, caso haja dúvidas na identificação, será coletado uma amostra de madeira para ser encaminhada ao INPA, LPF ou IPT para confirmação da espécie. Se houver divergências, será solicitado a correção da espécie ao IBAMA.

Desta forma, garante-se a correta identificação das espécies constantes do POA por seu nome científico, minimizando os problemas de identificação e associação por nome vulgar.

Intensidade de Corte

A intensidade máxima de corte prevista neste Plano de Manejo será de 25,8 m³/ha, para o ciclo de corte de 30 anos, conforme Instrução Normativa nº 05, de 11 de dezembro de 2006.

Essa regulação da produção em 25,8 m³/ha fundamenta-se na premissa de que, a exploração limitada do potencial da área, aliado as técnicas de exploração de impacto reduzido a serem implementadas, possibilitará o retorno área explorada no final do ciclo de corte de 30 anos, pois o volume colhido no primeiro ciclo será reposto com o crescimento das árvores remanescente, com uma produtividade da floresta prevista de 0,86/m³/ha/ano, garantindo assim a sustentabilidade do empreendimento.

É importante ressaltar que o volume máximo de corte considera apenas as áreas de efetivo manejo, não considerando o volume existente nas áreas de preservação permanente e áreas não operacionais, indicadas durante o microzoneamento de cada UPA.

3 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÉ EXPLORATÓRIAS

Delimitação da Unidade de Produção Anual Optante pelo modelo digital de exploração florestal, baseado em um sistema desenvolvido pela EMBRAPA-AC, denominado "MODEFLORA".

Com o uso de Sistema de Posicionamento Global (GPS), de Sistema de Informação Geográfica (softwares que processam, analisam e auxiliam no planejamento das atividades), com a integração do Sistema de Informação Geográfica (SIG) e o Sensoriamento Remoto (SR) foi possível posicionar a árvore dentro de um sistema de coordenadas, levantar o microzoneamento e planejar as atividades necessárias aumentando a precisão e reduzindo custos operacionais, contribuindo para a sustentabilidade da operação.

A área a ser manejada foi dividida em 30 Unidades de Produção Anual – UPA, considerando o ciclo de corte de 30 anos.



Os limites das UPA's foram delineados aproveitando as divisões geográficas (relevo e hidrografia), e estradas já existentes, sempre que possível. Em casos de ausência destes, foram estabelecidos limites influentes logística de escoamento da produção. Algumas delimitações preveem a construção de estradas futuras. Os limites detalhados serão apresentados junto a cada POA (Plano Operacional Anual), a divisão segue o seguinte procedimento:

- Demarcação da Unidade de Produção Anual -UPA;
- Abertura de travessões;
- Coleta de informações referentes ao microzoneamento;
- Instalação de placa de identificação da UPA,

Tendo em vista os avançados recursos de navegação por GPS disponíveis, as demarcações físicas da UPA se tornam obsoletas e onerosas, por tanto, não foram adotadas.

Definidas as demarcações, foram gerados arquivos do tipo "trackmaker" com todas as informações e repassadas equipe de campo, que os inseriu no GPS e utilizou-as no microzoneamento e inventário florestal.

Os arquivos gerados possuem todos os dados como limites da UPA, vértices, pontos de intersecção entre travessões e modelagem da hidrografia, para serem inseridos no GPS.

Cada UPA, é subdividida em Unidades de Trabalho (UT), com aproximadamente 100 ha cada. A divisão em UTs garante melhor controle sobre as atividades florestais, além de facilitar todas as operações do manejo florestal.

Inventário florestal a 100%

O Inventário Florestal a 100% (IF100%) consiste na localização, identificação, mensuração e avaliação de todas as árvores da UPA, e é o principal procedimento obrigatório para elaboração dos Planejamentos Operacionais Anuais (POA) e emissão de respectivas Autorizações de Exploração (AUTEX).

Foram incluídas no IF100% as espécies com potencial de comercio, como também as protegidas, com objetivo de se estabelecer medidas de proteção durante o planejamento e exploração florestal.

A empresa forneceu para a equipe uma lista das espécies a serem inventariadas no início da atividade. Caso seja identificada uma nova espécie com potencial comercial na UPA, esta será incluída na lista de espécies.

Participaram do Censo 4 colaboradores por equipe, sendo:

• 1 Identificador botânico, responsável pela identificação das árvores, medição do CAP /altura e outras informações.



- 1 Técnico anotador, responsável pela anotação (anotador) no coletor de todos os dados que serão passados durante a atividade.
 - 1 Plaqueteiro, responsável por GPS de navegação e auxilio na coleta de dados.
 - 1 Cortador de cipó, responsável pelo corte de cipó e/ou teste de oco.

É importante ressaltar que todas as atividades, embora descritas separadamente, foram realizadas simultaneamente no censo florestal por uma equipe composta por colaboradores, na qual cada um é responsável por uma ou parte das atividades.

É necessário que um dos colaboradores seja capacitado como identificador botânico, e será ele que deverá apontar a árvore a ser mensurada e demarcada, levando em consideração seu conhecimento de espécies comerciais e protegidas. Visando reduzir os erros com identificação de espécies, a utiliza-se apenas um identificador em cada equipe.

O caminhamento na floresta foi feito em faixas de 50 metros, que estavam inseridas nos aparelhos de GPS. Essas faixas teve objetivo facilitar o Inventário Florestal a 100% e seguem a metodologia MODEFLORA, portanto com as seguintes características:

- Dimensionadas em ambiente SIG;
- Dispostas no sentido sul/norte, ou oeste/leste (azimute 0° ou 90°), preferencialmente o que proporcionar menor comprimento de picada e maior número;
 - Dispostas paralelamente, espaçadas 50 metros uma da outra; e,
- Não são fisicamente abertas e/ou demarcadas, a navegação é exclusivamente por GPS, conforme metodologia MODEFLORA.

Plaqueteamento e localização espacial das árvores

As árvores são identificadas por números sequenciais. Cada árvore recebe sua identificação em uma plaqueta fixada ao fuste. As plaquetas são de plástico ou metal.

A numeração das árvores, juntamente com as anotações da planilha, faz parte da cadeia de custódia e deve ser realizada com extrema atenção e cuidados para não haver erros e as plaquetas devem ser fixadas a uma altura média de 1,3 metro na casca da árvore com pregos. A marcação deve ser feita na face da árvore voltada para o sentido do caminhamento do Inventário 100%, de forma a evitar o duplo plaqueamento e/ou esquecimento de árvores no campo.

O responsável pela fixação da plaqueta passa o número ao anotador, repetindo sempre que necessário. Caso o anotador não tenha entendido, ele deve solicitar que o plaqueteador repita o número, quantas vezes necessárias. Esta parte é fundamental para garantir que não ocorram erros na rastreabilidade da madeira.

As informações das placas são anotadas em planilha digital utilizadas em aparelho coletor de dados que vincula o número da placa da arvores a coordenada de GPS, além disso também é coletado o ponto da árvore no GPS de navegação e nomeado com o mesmo número da placa.



PMFS – PLANO DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL RESUMO PÚBLICO UMF V – FLRESTA NACIONAL DO JAMARI

FOREST ARK FLONA DO JAMARI SPE LTDA

O posicionamento das árvores é registrado por pontos coletados com GPS seguindo os seguintes procedimentos, deve se aproximar da árvore, virar de costas para esta, segurar o GPS para cima com o braço esticado, verificar a precisão, aguardar alguns instantes até que chegue o mais preciso possível e coletar o ponto renomeando de acordo com o número da placa fixada na árvore.

Medição do CAP

Conforme legislação vigente (Resolução Conama 406, 02/02/2009), o DMC para todas as espécies é de 50 cm (157 cm de CAP), exceto para aquelas com legislação específica ou DMC diferenciado por estudo técnico aceito pelo órgão ambiental competente. Sendo assim, para o inventário florestal devem-se medir todas as árvores comerciais, potenciais e protegidas, com DAP maior que 40 cm (126 cm de CAP), uma vez que a Norma de Execução IBAMA 01 de 2007 exige que o diâmetro mínimo de medição é de 10 cm abaixo do DMC de uma determinada espécie.

O colaborador responsável por essa atividade faz a medida da circunferência das árvores, com fita métrica ou trena na altura de 1,30 m do solo. Ele deve certificar-se, com ajuda dos outros, que a trena não está torcida ou envolvendo algum cipó ou obstáculo na parte de trás da árvore. No caso de árvores com sapopemas (catanas), deve-se medir sua circunferência a 30 cm acima do final da sapopema.

Nas árvores com sapopemas/catanas altas, fora do alcance do medidor, deve se utilizar uma vara graduada e medir a projeção vertical do tronco, obtendo-se o DAP estimado e transformando em CAP para inserir a informação na planilha.

A transformação de DAP para CAP é necessária para que não haja dois tipos de medidas inseridas na planilha. Quando a árvore possuir uma deformação (calombo) a 1,30 m, sua circunferência deve ser tomada 30 cm acima da deformação, como também não se devem incluir cipós, casas de cupins, dentre outros, na medição das árvores.

Caso a árvore apresentar um desses problemas no ponto de leitura, limpar o local ou medir a 30 cm acima desse ponto.

Estimativa da altura

Após medir o CAP da árvore, o colaborador deve estimar a altura comercial do fuste. A altura comercial corresponde ao ponto de corte na base da árvore até a primeira bifurcação dos seus galhos e deve ser sempre feita pela mesma pessoa da equipe, visando a padronização das medidas.

Qualidade do fuste

A qualidade do fuste deve ser avaliada e passada ao anotador segundo os critérios a seguir:

- 1 (Bom): Cilíndrico e reto;
- 2 (Médio): Pouca tortuosidade; PMFS PLANO DE MANEJO
- 3 (Ruim): Tortuosidade acentuada ou cônicos (fustes cujo DAP atinge o tamanho de corte, mas apresentam ponta fina).



Identificar oco visualmente a partir de experiência prática (buracos, cupins, batida no tronco de espécies conhecidas por serem ocadas na região, grandes galhos quebrados e etc.) e inserir no campo "observações" do coletor.

Identificação da árvore

A identificação das árvores mensuradas será feita por um identificador botânico experiente na região, com muitos anos de conhecimento em identificação dos nomes vulgares, e alguns científicos, das árvores na região.

A identificação baseia-se em diversas características das árvores, como cheiro da madeira, presença ou ausência de látex, cor, presença ou ausência de sapopemas, formato da copa, folhas, frutos ou sementes caídos no chão, entre outras.

Para correta identificação científica das espécies, será feita coleta de material botânico para montagem de exsicatas. A identificação será feita em parceria com a UNIR (Porto Velho). Como a coleta depende de escaladores, e é demorada, na primeira UPA será priorizada somente a coleta das espécies selecionadas para o abate. Nas próximas UPAS será feita a coleta complementar, atualizando assim o banco de dados da empresa. Os laudos de identificação serão apresentados nos POAs.

Avistamento de fauna

Todos os colaboradores devem passar para o anotador qualquer avistamento de fauna, para que ele anote no campo de observações do coletor. No caso de presença de ninhos o colaborador deve seguir os passos abaixo:

A avaliação deve ser feita junto com a atividade de Censo e os colaboradores devem estar atentos para indícios da presença de áreas de nidificação como:

- Presença de penas no chão, nas folhagens mais baixas e nos troncos;
- Presença de restos de frutas no chão, nas folhagens mais baixas e nos troncos;
- Barulho de movimentação de animais no dossel;
- Piados e cantos insistentes a autos vindo das copas, o que pode indicar uma agitação de aves adultas protegendo ninhos.

Caso seja identificado algum ninho, a equipe deve preencher o campo de observação na planilha. Estas informações subsidiarão o planejamento de seleção e corte dessas árvores, e também servirão para maior atenção no momento de realizar as atividades de abertura de estradas, ramais de acesso e pátios.

Corte de cipós

É uma atividade que deve ser executada em áreas de manejo com incidência de cipós, principalmente se estiverem presos s árvores de valor comercial. Deve ser realizada pelo menos um ano antes da exploração, juntamente com o censo florestal.

O corte de cipós facilita a derruba das árvores, diminui os danos causados s outras árvores (remanescentes) e diminui os riscos de acidentes para as equipes de exploração.



O anotador deve orientar o corte de cipós de todas as árvores comerciais inventariadas que tenham qualidade de fuste 1 ou 2 e o DAP de corte. Avaliar se as árvores vizinhas possuem cipós que estão embrenhados nas copas das árvores selecionadas, e cortá-los na base.

O corte deve ser realizado a uma altura de aproximadamente 1 metro acima do solo. As partes seccionadas do cipó não devem ficar em contato direto uma com a outra ou com o solo, pois isto poderia provocar um novo enraizamento ou regeneração do cipó cortado.

Deve-se ter cuidado para não cortar 100% dos cipós da área, pois o custo se torna elevado e os impactos ecológicos seriam acentuados. São utilizados facão ou foice para realizar o corte de cipós.

Microzoneamento

O microzoneamento é realizado por uma equipe composta por dois colaboradores com um GPS contendo um mapa base da UPA (croqui) com as informações macro da hidrografia (obtida através da modelagem de satélites).

O mapeador inicia o caminhamento em uma das bordas da UPA e localiza no GPS o início do primeiro curso d'água a ser mapeado, a partir do qual deve mapear todos os seus afluentes e nascentes. O procedimento é realizado para todos os cursos d'água presentes na UPA. O colaborador deve percorrer essas áreas com o track do GPS ligado e "bater" pontos de GPS em pequenos intervalos durante seu percurso.

Ele também deve anotar no GPS as nascentes encontradas e outras informações relevantes usando o código estabelecido para cada situação: área operacional, rampa, alagados, bambuzal, cipoal, etc.

A equipe de IF100% é orientada também a identificar sítios arqueológicos e/ou artefatos históricos: utensílios, ferramentas, ruinas, inscrições, ossos, sepultura, dentre outros vestígios com valor histórico, cultural e científico. O mapeamento destes locais é fundamental para sua preservação, haja vista que se trata de bens patrimoniais da união, conforme lei n. 3.924/61.

Caso identificado, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN mais próximo será imediatamente acionado para devidas providências e orientação quanto ao uso da área, que a princípio permanecerá privada de qualquer atividade, mesmo que de mínimo impacto. As ocorrências serão informadas no POA, relatórios ou ofícios ao IBAMA, ICMBio, SFB e demais órgãos caso necessário ou pertinente.

Os dados coletados no microzoneamento são encaminhados para o engenheiro florestal/responsável técnico para compilação, conferência e posterior elaboração do POA.

Árvores passíveis de corte

Para definição das espécies de valor comercial e seleção das espécies passíveis de exploração, serão levados em consideração os seguintes critérios:



- Não ser espécie Protegida por lei;
- A Não ser árvore porta-semente;
- A Possuir DAP igual ou superior a 50 cm;
- ♣ Não ser classificadas como classes de fuste 3, as mesmas serão deixadas como remanescentes;
- ♣ Não ser espécies consideradas raras, que são as espécies comerciais com DAP maior ou igual a 50,0 cm que apresentam abundância menor ou igual que 0,03 arvores/ha, ou seja, a abundância de indivíduos com DAP superior ao DMC (50,0 cm) deve ser superior a 3 árvores por 100 ha de área de efetiva exploração da UPA em cada UT. Caso a espécie seja considerada vulnerável na lista do MMA, o índice de raridade aumenta para 0,04 arvores/ha.
- ♣ Não estar na relação de árvores excluídas do quadro de abate com fins de ajuste da intensidade de exploração;
 - A Não constar na lista oficial do MMA com espécie em extinção;
 - A Não estar dentro de áreas de preservação permanente
- Apresentar demanda no mercado regional, nacional e/ou internacional, para construção civil, móveis, embarcações, caixaria, laminados e faqueados, etc.
 - A Estar na lista do grupo de espécies comerciais da empresa para aquela safra;
 - A Não estar em desacordo com a legislação vigente.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Como canal de comunicação para recebimento de reclamações, dúvidas, comunidades, parcerias e demais interessados dispomos do e-mail contato.forestark@gmail.com, Fernanda.forestark@gmail.com, Já os colaboradores poderão tratar no e-mail rhforestjamari@gmail.com, Fernanda.forestark@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos procedimentos realizados e aqui descritos, seguiram os tópicos previstos no PMFS – Plano de Manejo Florestal Sustentável aprovado, bem como o POA UPA – 01 Plano Operacional Anual também aprovado pelos órgãos competentes.